

## **CADERNO DE ENCARGOS**

**RELATIVO À AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA NO MERCADO  
LIBERALIZADO**

**CONCURSO PÚBLICO**

**Referência do Procedimento: AS 0024/2025**

---

### **CAPÍTULO I**

#### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

##### **Cláusula 1ª**

###### **Objeto**

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato de aquisição de serviços de fornecimento de energia elétrica em Média Tensão, para os edifícios A e B do INESC TEC - Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, Tecnologia e Ciência, doravante denominado como entidade adjudicante, sitos no Campus da FEUP, Rua Dr. Roberto Frias, no Porto.
2. As Especificações Técnicas constam do Anexo I do presente Caderno de Encargos.

##### **Cláusula 2ª**

###### **Contrato**

1. O contrato a celebrar integrará os seguintes elementos:
  - a) O presente Caderno de Encargos e seus anexos;
  - b) A proposta adjudicada;
  - c) Os esclarecimentos e retificações ao Caderno de Encargos;
  - d) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pela entidade adjudicatária;
  - e) Quaisquer outros elementos que as partes acordem dever integrar o contrato.
2. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

##### **Cláusula 3ª**

###### **Prazo de vigência**

1. O contrato entra em vigor com a assinatura do contrato, devendo ser nesse momento tomadas todas as diligências para que o abastecimento seja assegurado no mais curto prazo possível, mediante data a indicar peça Entidade Adjudicante, de modo a

assegurar a continuidade do fornecimento, produzindo efeitos em relação à data em que se iniciar o respetivo fornecimento.

2. O contrato mantém-se em vigor durante o período de 4 (quatro) anos, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
3. O preço da componente de energia ativa será revisto anualmente, mediante negociação entre as partes, não podendo a variação exceder 10% relativamente ao preço do ano anterior, exceto em circunstâncias extraordinárias de mercado devidamente comprovadas.
4. A revisão anual prevista no número anterior será formalizada até 30 dias antes de completar cada ano de contrato, mediante adenda ao contrato original.

## **CAPÍTULO II**

### **OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS**

#### **Secção I**

#### **Obrigações do Prestador de Serviços**

#### **Cláusula 4.<sup>a</sup>**

#### **Obrigações do prestador de serviços**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorre para o prestador de serviços a obrigação de prestar ao INESC TEC serviços de fornecimento de energia elétrica, de acordo com o prescrito no Anexo I ao presente Caderno de Encargos, constituindo obrigações principais:
  - a) Fornecimento de energia elétrica aos locais previstos no Anexo I, nos parâmetros de qualidade de serviço definidos no Regulamento da Qualidade de Serviço e no Regulamento das Relações Comerciais, emitidos pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos;
  - b) Contagem de energia elétrica efetuada de acordo com os ciclos contratados;
  - c) Disponibilização dos registos de leituras de contagem de energia elétrica à entidade adjudicante;
  - d) Realizar o processo de alteração de comercializador sem encargos para a entidade adjudicante.
2. A título acessório, a entidade adjudicatária fica ainda obrigada, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados ao fornecimento, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

## **Cláusula 5ª**

### **Regulamentos e outros documentos normativos**

1. Para além das normas constantes deste Caderno de Encargos, fica a entidade adjudicatária obrigada ao pontual cumprimento de todos os Regulamentos e normativos que se encontrem em vigor e que se relacionem com o fornecimento a realizar.
2. A entidade adjudicatária obriga-se, igualmente, a respeitar em tudo o que seja aplicável ao presente fornecimento e não se encontre em oposição aos documentos do contrato, as normas portuguesas, as especificações e documentos de homologação de Organismos oficiais e as instruções de fabricantes, ou de Entidades detentoras de patentes.
3. São da responsabilidade da entidade adjudicatária quaisquer encargos decorrentes da utilização, no fornecimento, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
4. Caso a entidade adjudicante venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, a entidade adjudicatária deverá indemnizá-la por todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

## **Cláusula 6ª**

### **Fases e forma da prestação de serviços**

1. Os fornecimentos deverão ser efetuados em articulação com a entidade adjudicante de acordo com as características técnicas do Anexo I ao presente caderno de encargos.
2. Sempre que houver interrupção de fornecimento não programada, a entidade adjudicatária emitirá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a interrupção, um relatório com informação sobre os motivos da mesma.
3. Em caso de extinção do contrato, independentemente do motivo que lhe der origem, a entidade adjudicatária obriga-se a prestar toda a assistência necessária na transição dos fornecimentos objeto do presente contrato à entidade adjudicante ou para terceiro por esta designado, de modo a que se garanta a continuidade do fornecimento objeto do contrato, a mínima perturbação destes e a transição ocorra de forma progressiva e ordenada.

## **Cláusula 7.ª**

### **Objeto do dever de sigilo**

1. O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra relativa ao INESC TEC, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato e que não deva ser tornada pública para efeitos de execução do próprio contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se ainda do dever de sigilo previsto, a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo

judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

#### **Cláusula 8.<sup>a</sup>**

##### **Prazo do dever de sigilo**

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 3 anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

#### **Cláusula 9.<sup>a</sup>**

##### **Preço contratual**

1. Pela prestação de serviços objeto do presente procedimento, e cumprimento de todas as obrigações da entidade adjudicatária, a entidade adjudicante obriga-se a pagar ao prestador de serviços o preço relativo às parcelas constantes na sua proposta, em função do consumo efetivamente verificado nas instalações de que é proprietária, relativas às Componentes de Energia Ativa Específicas do Mercado Liberalizado, de acordo com o especificado no Anexo I do Programa de Concurso.
2. Pelo cumprimento de todas as obrigações, a entidade adjudicante obriga-se a pagar à entidade adjudicatária, em função do consumo efetivamente verificado, as tarifas relativas às parcelas das Componentes de Acesso às Redes, fixadas pela ERSE e não sujeitas a concurso, nomeadamente:
  - a) Componente de Rede relativa a Energia Ativa Consumida em Horas de Ponta (se aplicável);
  - b) Componente de Rede relativa a Energia Ativa Consumida em Horas de Cheia (se aplicável);
  - c) Componente de Rede relativa a Energia Ativa Consumida em Horas de Vazio (se aplicável);
  - d) Componente de Rede relativa a Energia Ativa Consumida em Horas de Super Vazio (se aplicável);
  - e) Componente de Rede relativa a Energia Reativa Fornecida (se aplicável);
  - f) Componente de Rede relativa a Energia Reativa Recebida (se aplicável);
  - g) Componente de Rede relativa a Potência Contratada;
  - h) Componente de Rede relativa a Potência em horas de ponta;
3. Pelo cumprimento de todas as obrigações, a entidade adjudicante obriga-se a pagar à entidade adjudicatária, o valor relativo a outras parcelas taxadas nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis, e consequentemente não sujeitas a concurso, nomeadamente a contribuição audiovisual e o imposto especial sobre o consumo de eletricidade.

4. O preço a pagar, de acordo com o estipulado nos números anteriores não poderá ser superior a € 560 000,00 (quinhentos e sessenta mil euros) para todo o período de vigência do contrato - preço base do procedimento.
5. Para efeitos de execução orçamental, o valor anual estimado é de € 140 000,00 (cento e quarenta mil euros), podendo variar em função do consumo efetivamente verificado e das revisões anuais previstas na cláusula 3ª.
6. Os preços constantes da proposta para a componente de energia ativa serão revistos anualmente nos termos do disposto na cláusula 3ª, mantendo-se inalterados durante cada período anual. As parcelas descritas no n.º3 da presente cláusula serão revistas de acordo com as tarifas fixadas pela ERSE e/ou taxas e impostos ficados pelas entidades competentes a vigorar em cada ano civil.
7. Para efeitos do apuramento de uma estimativa do valor do contrato, são contratualizados os preços da componente de energia ativa constantes da proposta, acrescidos das componentes definidas no n.º 3 da presente cláusula, aplicados ao consumo estimado por parte da entidade adjudicante, nos termos constantes do anexo ao presente Caderno de Encargos.
8. Alterações ao preço contratual que resultem da atualização das tarifas das componentes de acesso à rede estabelecidas pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos, são as únicas alterações ao preço permitidas, devendo, no entanto, a entidade adjudicatária informar por escrito a entidade adjudicante das razões subjacentes a tais alterações.
9. Não poderá ser cobrada à entidade adjudicante qualquer custo pela comunicação das referidas alterações.

#### **Cláusula 10ª**

##### **Estrutura Tarifária Mista**

1. O preço da energia ativa a aplicar no âmbito do presente contrato seguirá uma estrutura mista, composta por:
  - a. Componente fixa: correspondente a 70% do volume total estimado de consumo anual, com preço fixo garantido durante cada período anual;
  - b. Componente indexada ao mercado: correspondente a 30% do volume total estimado de consumo anual, com preço indexado ao mercado.
2. A entidade adjudicatária compromete-se a assegurar, no âmbito da estratégia de aprovisionamento de energia para este contrato, operações no mercado de futuros que garantam estabilidade de preços para a componente fixa.
3. A entidade adjudicatária apresentará, no início de cada ano contratual, um relatório com a estratégia de cobertura de risco adotada para o fornecimento de energia à entidade adjudicante.
4. Em caso de variações extraordinárias no mercado energético que possam impactar significativamente os preços, a entidade adjudicatária deverá comunicar à entidade adjudicante as medidas de mitigação disponíveis, incluindo eventuais ajustes na estratégia de aprovisionamento.
5. A entidade adjudicante poderá solicitar, a qualquer momento, informações sobre as condições de mercado e previsões de evolução de preços, as quais deverão ser fornecidas pela entidade adjudicatária no prazo máximo de 15 dias.

#### **Cláusula 11ª**

##### **Faturação e condições de pagamento**

1. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, as quantias devidas pela entidade adjudicante, nos termos da cláusula anterior, acrescidas do IVA às taxas legalmente em vigor, deverão ser pagas no prazo de 30 dias após a receção e validação das respetivas

faturas mensais, as quais deverão conter a discriminação da totalidade do fornecimento objeto do contrato, nomeadamente, dos consumos efetivamente verificados no mês anterior, e ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.

2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida após o fornecimento efetuado.
3. Em caso de discordância da entidade adjudicante relativamente aos elementos e valores constantes das faturas, deve esta comunicar à entidade adjudicatária, no prazo de 15 (quinze) dias, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.
4. Desde que devidamente emitidas, as faturas deverão ser pagas no prazo referido no n.º 1 por meio de transferência bancária para conta a indicar pela entidade adjudicatária, ou por outro método acordado.

#### **Cláusula 12<sup>a</sup>**

##### **Outros encargos**

1. Ocorrerão por conta da entidade adjudicatária a reparação e indemnização de todos os prejuízos que, por motivos imputáveis à entidade adjudicatária, sejam sofridos pela entidade adjudicante ou por terceiros em consequência de modo de execução do fornecimento, da atuação do pessoal da entidade adjudicatária e do deficiente comportamento ou da falta de segurança durante o fornecimento.
2. A entidade adjudicante deverá ser informada de qualquer ocorrência no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

### **CAPÍTULO III**

#### **RESOLUÇÃO**

#### **Cláusula 13.<sup>a</sup>**

##### **Resolução por parte da entidade adjudicante**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o INESC TEC pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente, pelo atraso na execução das tarefas previstas no Anexo I superior a 5 dias ou declaração escrita do prestador de serviços de que o atraso respetivo excederá esse prazo.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo INESC TEC.

#### **Cláusula 14.<sup>a</sup>**

##### **Resolução por parte da entidade adjudicatária**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a entidade adjudicatária pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 1 mês ou o montante em dívida exceda 50 % do preço contratual, excluindo juros.
2. Nos casos previstos no n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao INESC TEC, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
3. O direito de resolução é exercido por via judicial nos termos da Cláusula 16.<sup>a</sup>.
4. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de serviços cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

#### **Cláusula 15<sup>a</sup>**

##### **Execução da caução**

1. A caução prestada para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, nos termos do Programa de Concurso, pode ser executada pela entidade adjudicante, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pela entidade adjudicatária das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de penalidades, ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.
2. A resolução do contrato pela entidade adjudicante não impede a execução da caução, contanto que para isso haja motivo.
3. A execução parcial ou total da caução referida nos números anteriores constitui a entidade adjudicatária na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes dessa mesma execução, no prazo de 15 (quinze) dias após a notificação da entidade adjudicante para esse efeito.
4. A caução a que se referem os números anteriores é liberada nos termos do artigo 295º do CCP.

### **CAPÍTULO IV**

#### **RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS**

#### **Cláusula 16<sup>a</sup>**

##### **Foro competente**

Para a resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto.

### **CAPÍTULO V**

#### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

#### **Cláusula 17<sup>a</sup>**

##### **Subcontratação e cessão da posição contratual**

A subcontratação e a cessão da posição contratual pela entidade adjudicatária dependem da autorização da entidade adjudicante, nos termos do artigo 318.º e seguintes do CCP.

#### **Cláusula 18<sup>a</sup>**

##### **Aditamento de novas instalações**

Se no decorrer da vigência do contrato, vierem a ser criadas novas instalações, as mesmas poderão integrar o presente contrato ao abrigo de todas as condições contratualizadas, até ao limite do fornecimento contratado.

#### **Cláusula 19.<sup>a</sup>**

##### **Comunicações e notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato ou por correio eletrónico para o endereço: [apoio-juridico@inesctec.pt](mailto:apoio-juridico@inesctec.pt).
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte por correio registado.

#### **Cláusula 20.<sup>a</sup>**

##### **Contagem dos prazos**

1. Salvo quando sejam fixados expressamente em dias úteis, os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.
2. Quando os prazos terminem em sábados, domingos ou dias feriados transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.



#### **Cláusula 21.<sup>a</sup>**

##### **Gestor do Contrato**

1. Nos termos do artigo 290.º-A será nomeado gestor do contrato Luis Miguel Seca.
2. Considerando a duração plurianual do contrato, será constituída uma comissão de acompanhamento composta pelo gestor do contrato e por um representante da área financeira da entidade adjudicante, que reunirá trimestralmente com a entidade adjudicatária para monitorização da execução contratual e antecipação de eventuais ajustes necessários.

#### **Cláusula 22.<sup>a</sup>**

##### **Legislação aplicável**

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

**ANEXO I****ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

Referência do Procedimento: AS 0024/2025

---

**I. OBJETO DO CONTRATO:**

O presente contrato tem como objeto a aquisição de serviços de fornecimento de energia elétrica em Média Tensão, para os edifícios A e B do INESC TEC - Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, Tecnologia e Ciência, doravante denominado como entidade adjudicante, sitos no campus da FEUP, Rua Dr. Roberto Frias, no Porto.

**II. DISPOSIÇÕES GERAIS:**

1. A presente parte do Caderno de Encargos tem como objetivo definir as características técnicas da contratação do fornecimento de energia elétrica ao INESC TEC, durante o período de vigência do mesmo.
2. Os concorrentes deverão estar devidamente reconhecidos nos termos do Decreto-Lei n.º 29/2006, de 15 de fevereiro, e do Decreto-Lei n.º 172/2006, de 23 de agosto, na sua atual redação.
3. A entidade adjudicante reserva-se o direito de, em virtude da implementação de medidas de utilização racional da energia, efetuar a redução da potência contratada para cada instalação.

**III. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**

1. O fornecimento de energia elétrica objeto de contrato deverá ser prestado nos pontos de consumo a identificar pela entidade adjudicante, durante a vigência do contrato.
2. Ponto de consumo corresponde a uma instalação com uma ligação à rede elétrica de distribuição em MT.
3. A proposta deverá considerar o ciclo horário diário.
4. A entidade adjudicatária obriga-se a fornecer a energia elétrica necessária ao abastecimento das instalações de utilização, objeto do presente caderno de encargos, até ao limite da potência requisitada para efeitos de ligação à rede.
5. O fornecimento de energia elétrica será permanente e contínuo, só podendo ser interrompido nas situações previstas no presente Caderno de Encargos, bem como nas situações previstas no Regulamento de Relações Comerciais emitido pela ERSE.
6. O fornecimento deverá respeitar e atender à legislação em vigor em Portugal nessa matéria à data de execução do presente contrato, nomeadamente o Regulamento de Relações Comerciais do Sector Elétrico (Regulamento n.º 561/2014), aprovado por deliberação do Conselho de Administração da ERSE em 10 de dezembro de 2014, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 246, de 22 de dezembro de 2014; o Regulamento da Qualidade de Serviço, aprovado pelo regulamento 455/2013, publicado no Diário da República, 2.ª Série,

n.º 232, de 29 de novembro de 2013, e a Norma Portuguesa sobre a Qualidade de Energia Elétrica NP EN 50160.

7. Os valores a faturar resultarão das quantidades efetivamente consumidas, segundo as leituras medidas em cada mês do contrato.
8. Quando não for possível cumprir o estipulado no número anterior a faturação poderá ser estimada, de acordo com a tipologia de local de consumo, sendo obrigatoriamente efetuados os acertos até ao último mês do respetivo ano contabilístico.
9. A entidade adjudicatária colocará à disposição da entidade adjudicante via acesso web ou remeterá por correio eletrónico, a par da emissão de faturas, ficheiro EDI, folha de cálculo, ou similar, com o máximo de detalhe que permitam os equipamentos de medição em cada ponto, bem como os parâmetros de contratação dos mesmos locais.
10. Para efeitos do correio eletrónico referido no número anterior, deverá a entidade adjudicatária considerar, além dos referidos no âmbito na Cláusula 19ª, o email [sgi@inesctec.pt](mailto:sgi@inesctec.pt).
11. A entidade adjudicatária compromete-se a disponibilizar à entidade adjudicante ferramentas de monitorização de consumo em tempo real, incluindo plataforma online com acesso a dados históricos de consumo, análises comparativas e alertas de consumo anómalo.
12. A entidade adjudicatária disponibilizará, sem custos adicionais, consultoria energética anual visando a otimização do perfil de consumo da entidade adjudicante, identificação de oportunidades de eficiência energética e recomendações para redução de custos.

#### **IV. CONDIÇÕES DE GESTÃO**

A entidade adjudicatária deverá atribuir um gestor de cliente garantindo que este possa ser contactado das 8h às 18h, durante os 5 (cinco) dias úteis da semana, no âmbito da prestação de serviços.

#### **V. FATURA**

Sem prejuízo de outras obrigações no quadro legislativo e regulamentar, o conteúdo da fatura, emitida em formato papel e digital, deverá incluir no mínimo a seguinte informação:

- a) Dados do titular do contrato: nome, morada e identificação fiscal;
- b) Número de contrato;
- c) Código ponto de entrega;
- d) Código de identificação do local
- e) Morada do local da instalação;
- f) Data de início e data de fim do período da fatura;
- g) Potência contratada;
- h) Tarifa contratada;
- i) Ciclo horário;

- j) Consumos em kWh e em kvarh;
- k) Data e valor das duas últimas leituras;
- l) Número e data de emissão da fatura;
- m) Impostos, taxas e contribuições;
- n) Valores a pagar em euros.

## **VI. MEDIÇÃO**

1. A medição das grandezas objeto de faturação deverá cumprir com o estipulado no Guia de medição, leitura e disponibilização de dados, Regulamento de Relações Comerciais, assim como outras obrigações previstas no quadro legislativo e regulamentar.
2. Deve ser assegurado que o intervalo entre duas leituras não seja superior a 3 meses.

## **VII. INSTALAÇÕES E CONSUMOS DA ENTIDADE ADJUDICANTE**

1. O serviço deverá ser prestado nas instalações da entidade adjudicante, nos edifícios A e B do INESC TEC, sitos no Campus da FEUP, no Porto.
2. Cada um dos edifícios tem o seu posto de transformação, existindo apenas um único ponto de ligação.
3. Os consumos reais da entidade adjudicante foram os seguintes:

Ano	Período Facturação	Fornecedor	CONSUMO EM kWh														Total
			Vazio Normal	T. de Redes	E. Ativa	Vazio	T. de Redes	E. Ativa	Ponta	T. de Redes	E. Ativa	Cheia	T. de Redes	E. Ativa	P. Cont	P. Ponta	
2020	1-1 a 31-1	Simples Energia/ Iberdrola	10 665	0,0392	0,0140	6 017	0,0445	0,0146	10 991	0,0556	0,0567	26 263	0,0508	0,0407	0,0307	0,1717	53 936
	1/2 a 28/2		9 682	0,0392	0,0140	5 400	0,0445	0,0146	9 048	0,0556	0,0567	22 343	0,0508	0,0407	0,0307	0,1717	46 473
	1/3 a 31-3		9 969	0,0392	0,0140	5 701	0,0445	0,0146	7 491	0,0556	0,0567	19 526	0,0508	0,0407	0,0307	0,1717	42 687
	1/4 a 30/4		9 371	0,0392	0,0141	5 087	0,0445	0,0145	3 141	0,0556	0,0564	15 158	0,0508	0,0404	0,0307	0,1717	32 757
	1/5 a 3/5		2 359	0,0392	0,0141	531	0,0445	0,0145				292	0,0508	0,0404	0,0307	0,1717	3 182
	03/5 a 13/6		344	0,0141	0,0412	700	0,0145	0,0141	285	0,0564	0,0307	1 285	0,0522	0,0404	0,0307	0,1717	2 614
	13/6 a 13/7		8 183	0,0412	0,0145	13 500	0,0451	0,0145	26 324	0,0562	0,0564	14 917	0,0522	0,0404	0,0307	0,1717	62 924
	13/7 a 13/8		13 336	0,0412	0,0141	9 353	0,0451	0,0145	7 180	0,0562	0,0564	31 954	0,0522	0,0404	0,0307	0,1717	61 823
	13/8 a 13/9		14 042	0,0412	0,0141	8 170	0,0451	0,0145	5 746	0,0562	0,0564	25 729	0,0522	0,0404	0,0307	0,1717	53 687
	13/9 a 13/10		12 453	0,0412	0,0141	19 704	0,0451	0,0145	6 456	0,0562	0,0564	26 608	0,0522	0,0404	0,0307	0,1717	65 221
	13/10 a 13/11		9 791	0,0412	0,014	5 975	0,0451	0,0146	8 138	0,0562	0,0567	23 996	0,0522	0,0407	0,0307	0,1717	47 900
	13/11 a 31/12		6 024	0,0412	0,014	12 731	0,0451	0,0146	6 790	0,0562	0,0567	17 964	0,0522	0,0407	0,0307	0,1717	43 509
TOTAL			106 219			92 869			91 590			226 035					516 716

			Vazio Normal	T. de Redes	E. Ativa	Vazio	T. de Redes	E. Ativa	Ponta	T. de Redes	E. Ativa	Cheia	T. de Redes	E. Ativa	P. Cont	P. Ponta	Total
2021	31/12 a 13/1	Iberdrola	2 724	0,0136	0,0412	5 330	0,0143	0,4510	3 338	0,055	0,0562	8 485	0,0404	0,0397	0,0341	0,1717	19 878
	13-01 a 13/2		6 692	0,0136	0,0412	11 308	0,0143	0,0451	8 008	0,055	0,056	21 308	0,0397	0,0522	0,0341	0,1791	47 316
	13/2 a 13/3		5 822	0,0136	0,0412	9 736	0,0143	0,0451	7 036	0,055	0,056	18 468	0,0397	0,0522	0,3410	0,1791	41 062
	13/3 a 13-4		5 705	0,0137	0,0412	9 292	0,0142	0,0451	5 234	0,0548	0,0562	20 270	0,0394	0,0522	0,0307	0,1717	40 501
	13/5 a 13/6		7 353	0,0137	0,412	15 336	0,0142	0,0451	5 376	0,0548	0,0562	22 320	0,0394	0,0522	0,0341	0,1791	50 386
	30/6 a 13/7		3 546	0,0141	0,412	5 850	0,0415	0,0451	2 714	0,0564	0,0564	11 407	0,0404	0,0404	0,0307	0,1717	23 518
	13/7 a 13/8		8 384	0,0137	0,0412	11 927	0,0142	0,0451	7 123	0,0548	0,0562	29 266	0,0404	0,0522	0,0341	0,1791	56 700
	13/8 a 13/9		8 611	0,0141	0,0412	14 805	0,0415	0,0451	6 459	0,0564	0,0562	27 146	0,0404	0,0522	0,0307	0,1717	57 021
	13/9 a 13/10		10 106	0,0137	0,0412	6 909	0,0412	0,0451	6 970	0,0548	0,0562	27 297	0,0394	0,0522	0,0307	0,1717	51 282
	13/10 a 13/11		24 580	0,0136	0,0412	12 768	0,0143	0,0451	15 192	0,0550	0,0562	48 805	0,0397	0,0522	0,0307	0,1717	101 345
	13/11 a 13/12		10 963	0,0397	0,0522	22 890	0,0143	0,0451	15 510	0,0550	0,0562	38 598	0,0136	0,0412	0,0370	0,1717	87 961
	13/12 a 30/12		6 592	0,0412	0,0522	10 350	0,0451	0,0451	9 490	0,0562	0,0562	23 322	0,0522	0,0562	0,0341	0,1791	49 754
TOTAL			101 078			136 501			92 450			296 692					626 725

			Vazio Normal	T. de Redes	E. Ativa	Vazio	T. de Redes	E. Ativa	Ponta	T. de Redes	E. Ativa	Cheia	T. de Redes	E. Ativa	P. Cont	P. Ponta	Total
2022	31/12 a 13/1	Iberdrola EDP Comercial	5 300	0,0412	0,0522	9 121	0,0451	0,0451	6 310	0,0562	0,0562	16 254	0,0522	0,0562	0,0341	0,1791	36 985
	13-01 a 13/2																0
	13/2 a 13/3		5 843	0,0412	0,0522	9 734	0,0451	0,0451	8 442	0,056	0,054	21 151	0,0522	0,0562	0,0341	0,1791	45 170
	13/3 a 13-4		6 365	0,0412	0,0451	9 782	0,0451	0,0451	8 424	0,056	0,054	25 656	0,0522	0,0562	0,0341	0,1791	50 227
	13/4 a 30/4		3 378	0,0412	0,0451	7 109	0,0451	0,0451	2 938	0,056	0,054	11 515	0,0522	0,0562	0,0161	0,2198	24 939
	30/4 a 3/5		596	0,0412	0,0451	1 254	0,0451	0,0451	518	0,0799	0,054	2 031	0,0522	0,0562	0,0161	0,2198	4 400
	04/5 a 13/5		2 923	0,2470	0,0451	2 241	0,2460	0,0451	2 529	0,2620	0,054	9 546	0,2600	0,0011	0,0161	0,2198	17 239
	14/5 a 13/6		14 026	0,2470	0,0451	7 339	0,2460	0,0451	6 985	0,2620	0,054	28 034	0,2600	0,0011	0,0161	0,2198	56 384
	14/06 a 13/07		12 109	0,2470	0,0451	7 284	0,2460	0,0451	7 317	0,2620	0,054	29 080	0,2600	0,0011	0,0161	0,2198	55 791
	14/07 a 13/08		8 642	0,2470	0,0451	13 011	0,2460	0,0451	7 025	0,2620	0,054	29 498	0,2600	0,0011	0,0161	0,2198	58 177
	14/08 a 13/09		13 570	0,2470	0,0451	7 923	0,2460	0,0451	5 854	0,2620	0,054	25 151	0,2600	0,0011	0,0161	0,2198	52 499
	14/09 a 13/10		12 868	0,2470	0,0451	7 434	0,2460	0,0451	6 877	0,2620	0,054	26 951	0,2600	0,0011	0,0161	0,2198	54 131
	14/10 a 13-11		6 375	0,2470	0,0451	12 754	0,2460	0,0451	7 462	0,2620	0,054	23 358	0,2600	0,0011	0,0161	0,2198	49 950
	14/11 a 13-12		10 958	0,2470	0,0451	5 744	0,2460	0,0451	8 335	0,2620	0,054	20 291	0,2600	0,0011	0,0161	0,2198	45 329
	14/12 a 31/12		3 300	0,2470	0,0451	5 457	0,2460	0,0451	4 691	0,2620	0,054	11 719	0,2600	0,0011	0,0161	0,2198	25 168
TOTAL			106 253			106 187			83 707			280 235				576 388	

			Vazio Normal	T. de Redes	E. Ativa	Vazio	T. de Redes	E. Ativa	Ponta	T. de Redes	E. Ativa	Cheia	T. de Redes	E. Ativa	P. Cont	P. Ponta	Total
2023	01/1 a 04/2	EDP Comercial	10 395	0,2470	0,0451	6 220	0,2460	0,0451	10 182	0,2620	0,0540	25 114	0,2600	0,0011	0,0161	0,2198	51 911
	05/02 a 04/3		8 319	0,2470	0,0451	5 011	0,2460	0,0451	8 174	0,2620	0,0540	19 460	0,2600	0,0011	0,0161	0,2198	40 964
	05/3 a 04/4		5 656	0,2470	0,0451	9 735	0,2460	0,0451	8 389	0,2620	0,0540	23 051	0,2600	0,0011	0,0161	0,2198	46 831
	05/4 a 01/5		10 496	0,2470	0,0451	4 847	0,2460	0,0451	4 519	0,2620	0,0540	16 974	0,2600	0,0011	0,0161	0,2198	36 836
	02/5 a 01/6		10 132	0,2470	0,0451	6 532	0,2460	0,0451	7 628	0,2620	0,0540	27 984	0,2600	0,0011	0,0161	0,2198	52 276
	02/6 a 01/7		24884	0,2470	0,0451	9 011	0,2460	0,0451	7 486	0,2620	0,0540	29 286	0,2600	0,0011	0,0161	0,2198	61 913
	02/07 a 01/08		16 130	0,2470	0,0451	10 018	0,2460	0,0451	8 501	0,2620	0,0540	32 438	0,2600	0,0011	0,0161	0,2198	65 035
	02/08 a 01/09		14 078	0,2470	0,0451	8 893	0,2460	0,0451	6 762	0,2620	0,0540	27 576	0,2600	0,0011	0,0161	0,2198	57 309
	02/09 a 30/09		13 569	0,2470	0,0451	8 009	0,2460	0,0451	7 363	0,2620	0,0540	27 698	0,2600	0,0011	0,0161	0,2198	56 639
	01/10 a 01/10		468	0,2470	0,0451	276	0,2460	0,0451	254	0,2620	0,0540	955	0,2600	0,0011	0,0161	0,2198	1 953
	02/10 a 01-11		14 087	0,2470	0,0451	7 305	0,2460	0,0451	8 017	0,2620	0,0540	29 002	0,2600	0,0011	0,0161	0,2198	58 411
	02/11 a 19-11		7 241	0,2470	0,0451	3 838	0,2460	0,0451	5 764	0,2620	0,0540	14 178	0,2600	0,0011	0,0161	0,2198	31 021
	20/11 a13/12		5 007	0,2470	0,0451	9 949	0,2460	0,0451	7 452	0,2620	0,0540	18 293	0,2600	0,0011	0,0161	0,2198	40 701
	13-12 a 31-12		8 353	0,2470	0,0451	4 104	0,2460	0,0451	5 143	0,2620	0,0540	12 712	0,2600	0,0011	0,0161	0,2198	30 312
TOTAL			148 815			93 748			95 634			304 721				632 112	

			Vazio Normal	T. de Redes	E. Ativa	Vazio	T. de Redes	E. Ativa	Ponta	T. de Redes	E. Ativa	Cheia	T. de Redes	E. Ativa	P. Cont	P. Ponta	Total
2024	01/1 a 13/1	JAFplus	5604			3115			4790			11597			372	99,33	25106
	14/01 a 13/2		12484			7130			10713			25835			372	99,33	56162
	14/2 a 13/3		11758			6984			10940			26449			372	99,33	56131
	14/3 a 13/4		13230			7386			9728			28912			372	99,33	59256
	14/4 a 13/5		16018			7780			8116			29728			372	99,33	61642
	14/5 a 13/6		16111			8632			9502			35184			372	99,33	69429
	14/06 a 13/07		14355			8128			9143			35337			372	99,33	66963
	14/07 a 13/08		15425			9000			9516			37226			372	99,33	71167
	14/08 a 13/09		12687			7446			8036			31368			372	99,33	59537
	14/09 a 13/10		14680			7631			8258			30985			372	99,33	61554
	14/10 a 13-11		8369			14514			11523			33466			372	99,33	67872
	14-11 a 13-12		8278			13990			13180			30746			372	99,33	66194
	14/12 a 31/12		10398			4917			5489			13737			372	99,33	34541
TOTAL			159 397			106 653			118 934			370 570					755 554